



ST5 – POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS EM POLÍTICAS SOCIAIS NA REGIÃO
FUNCIONAL 7 E IMPACTOS NO IDESE**

**EVOLUTION OF PUBLIC EXPENDITURE ON SOCIAL POLICIES IN THE REGIÃO
FUNCIONAL 7 AND IMPACTS ON IDESE**

Felipe Micaíl da Silva SMOLSKI¹, Edemar ROTTA²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a evolução dos gastos públicos em políticas sociais e seus impactos sobre o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) para os 77 municípios da Região Funcional 7 (RF-7), do Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2015. Se tem como referência o método empírico analítico, trabalhando com dados secundários obtidos junto à Secretaria do Tesouro Nacional e à Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Utiliza-se análises descritivas e, juntamente com os respectivos níveis de correlação de Pearson, estima-se modelos de regressão em dados em painel para o conjunto de municípios da referida região. As evidências mostraram que o Idese dos municípios elevou-se na maioria dos anos da amostra; embora poucos municípios tenham alcançado o alto desenvolvimento (de 0,800 acima), a quantidade neste patamar tem se elevado; que os investimentos em políticas públicas sociais são positivamente correlacionados com o indicador de desenvolvimento na maioria dos municípios da região e; que os impactos da aplicação dos investimentos se apresentaram distintos ao longo do território e com significância estatística em um grupo específico de municípios.

Palavras-chave: Políticas públicas sociais. Idese. Dados em painel. Regiões funcionais. Desenvolvimento.

Abstract: This article aims to analyze the evolution of public spending on social policies and their impacts on the Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) for the 77 municipalities in Região Funcional 7 (RF-7), in Rio Grande do Sul, in the period from 2007 to 2015. The empirical analytical method is used as a reference, working with secondary data obtained from the Secretaria do Tesouro Nacional and the Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Descriptive analyzes are used and, together with respective levels of Pearson's correlation, we estimate regression models in panel data for the set of municipalities in that region. The evidence showed that the Idese of the municipalities increased in most years of the sample; although few municipalities have reached high development (from 0.800 above), the quantity at this level has increased; that investments in social public policies are positively correlated with the development indicator in most municipalities in the region; that the impacts of the investment application were distinct throughout the territory and with statistical significance in a specific group of

¹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Cerro Largo – RS, Brasil. E-mail: felipesmolski@hotmail.com.

² Doutor e Pós-Doutor em Serviço Social, mestre em Sociologia. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo, RS – Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br.



municipalities.

Keywords: Social public policies. Idese. Panel data. Functional regions. Development.

INTRODUÇÃO

Entender as dinâmicas das políticas públicas essenciais para desencadear os processos de desenvolvimento desejados nas sociedades ainda é uma tarefa desafiadora no meio acadêmico. Isto se deve, em parte, ao esforço de utilizar um conceito de desenvolvimento que equilibre a extensão e a intensidade dos atributos necessários para a sua constituição (FONSECA, 2014) e, ademais, a considerar o processo histórico das sociedades, suas estratégias de desenvolvimento e as relações com as demandas subjacentes da população (PREBISCH, 1962; SEN, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2006).

No campo de estudos do desenvolvimento regional, que emerge como uma alternativa teórica ao pensamento hegemônico liberal resultante dos processos de reestruturação produtiva (ROTTA, 2007), alguns desafios são impostos aos pesquisadores quanto às explicações acerca do desenvolvimento diferenciado de formações sociais locais-regionais. Entre os mesmos pode-se destacar o desafio de compreender os motivos que levam municípios, no mesmo espaço territorial, a logrem desempenhos discrepantes (BOTH et al., 2017), considerando os mesmos períodos temporais; os indicadores e os principais entraves ao desenvolvimento local e regional (POLLETO et al., 2016); o impacto de políticas públicas homogêneas realizadas através dos municípios (BERNARDINI; KANG; WINK JÚNIOR, 2015); a realidade socioeconômica de forma multidimensional (MARGUTI et al., 2017; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017); entre outros.

Este artigo objetiva efetuar uma análise da relação entre os gastos³ públicos em políticas sociais e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) dos municípios da Região Funcional 7 (RF-7)⁴ do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 2007 a 2015, utilizando a análise de correlação e modelos econométricos de regressão de dados em painel. Insere-se nos estudos que vem se desenvolvendo no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul em seu Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, com colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Programa de Apoio à Pós-Graduação

³ Embora não se concorde com a expressão gasto para designar os valores monetários aplicados nas políticas sociais, este é o termo utilizado pela contabilidade pública com base na Lei 4.320/1964 e legislações complementares. Entende-se que a expressão investimento traduziria melhor o que representam os valores aplicados nas políticas sociais e seria mais condizente com a ideia que move este estudo por tratar-se de aplicação de recursos públicos em serviços, estruturas e equipamentos que qualificam a vida das pessoas e promovem o desenvolvimento.

⁴ As Regiões Funcionais de Planejamento (RFs) foram propostas pelo estudo Rumos 2015, como estratégia de agregação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) para a elaboração do Planejamento Plurianual do estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Os principais critérios para o agrupamento dos Coredes em RFs foram a polarização pelos empregos e as especializações produtivas. Os COREDES foram agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, definidas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAN). A Região Funcional 7 integra 4 Coredes: Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Compreende 77 municípios situados no Noroeste do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

(PROAP-CAPES).

Além dessa introdução, o texto está estruturado em três seções e a conclusão. Na primeira seção desenvolve-se uma reflexão sobre a relação entre desenvolvimento e políticas públicas sociais de modo a expor os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa. Na segunda seção apresenta-se a proposta metodológica que orienta o estudo. Na terceira, expõe-se os principais resultados alcançados, considerando os pressupostos teóricos e os dados disponíveis. Na conclusão apontam-se algumas evidências constatadas e alguns desafios que podem evocar novas pesquisas.

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Nesta subseção se pretende definir as compreensões utilizadas na realização da pesquisa e que são os referenciais básicos para a análise das relações entre desenvolvimento e políticas públicas sociais. Contudo, não é intenção deste artigo fazer uma revisão teórica a respeito dos conceitos que aqui serão utilizados, pois já existe literatura consolidada⁵ a respeito dos mesmos.

A relação entre desenvolvimento e políticas públicas sociais tornou-se mais evidente a partir das últimas décadas do século XX quando os indicadores tradicionais, especialmente o PIB *per capita*, utilizados até então para aferir o desenvolvimento de um país, região ou município passaram a ser vistos como insuficientes, demandando a inclusão de fatores relacionados aos aspectos socioculturais, político-institucionais, históricos, demográficos, territoriais, ambientais, entre outros. A afirmação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como a proposição de modelos mais complexos (VEIGA, 2005) para mensurar o desenvolvimento introduziram outras variáveis na análise, grande parte destas relacionadas diretamente com as políticas públicas e/ou as políticas sociais.

As reflexões sobre o desenvolvimento, a partir de múltiplos olhares, diferentes lugares e diversas perspectivas teóricas vem gerando profícuas discussões acadêmicas nas mais variadas áreas do conhecimento. Na visão de Siedenberg (2003, p. 67) “poucos conceitos contribuíram tanto para a aproximação das diversas áreas, ou seja, para a interdisciplinaridade das Ciências Sociais, quanto o conceito de desenvolvimento”. De igual forma, interessa às sociedades descobrirem o papel das políticas públicas para promover o desenvolvimento almejado.

O conceito de desenvolvimento passa a ser aplicado às sociedades humanas a partir das primeiras décadas do século XX⁶ na tentativa de superar a desgastada ideia de progresso (ROTTA, 2007).

⁵ Sobre o tema do desenvolvimento pode-se consultar Furtado (1983 e 2000), Pochmann (2004), Veiga (2005), Rotta (2007), Harvey (2011), Calistre, Biancareli e Cintra (2014), entre outros. Sobre o tema das políticas públicas sociais pode-se consultar Faleiros (2000), Behring (2006), Behring e Boschetti (2010), Castro (2012), Silva (2014), entre outros. Sobre Fundo Público e Orçamento Público pode-se consultar Salvador (2010 e 2012), Pfeifer (2014), Varela, Martins e Corrar (2009); Carvalho (2007); entre outros.

⁶ “Atribui-se ao discurso de posse (para o seu segundo mandato) do Presidente Norte-Americano Harry S. Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, uma verdadeira virada no conceito de desenvolvimento utilizado até então. Ele inaugura a “era do desenvolvimento” (SACHS, 2000), ou seja, uma nova fase da humanidade, no imediato pós 2ª Guerra, onde os diversos países do mundo teriam a possibilidade de alcançar o estágio em que se encontravam as modernas sociedades industriais. Para isso bastava que seguissem seus exemplos”. (ROTTA, 2007, p. 54).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Mesmo que se propondo a avançar para além da dimensão econômica, incorporando a justiça social e a democracia, a ideia manteve-se colonizada pela mesma, pelo menos até a década de 1980. Os estudos sobre a insustentabilidade dos modelos capitalista e socialista, as conferências mundiais sobre desenvolvimento e meio ambiente, a crise do capitalismo e do socialismo real e o consequente processo de reestruturação produtiva abriram espaços para a reflexão sobre as propostas de desenvolvimento para as diferentes sociedades.

Nestes espaços é que ganham corpo as reflexões em torno da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, do desenvolvimento desigual, do subdesenvolvimento, dos direitos humanos, dos direitos sociais, do papel do Estado, da sociedade civil e dos mercados, da exclusão social, da concentração de renda, do desemprego, das desigualdades, entre outros (LISBOA, 1996; SACHS, 1998; DUPAS, 2007). Na década de 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) consolida a criação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que tenta incorporar a complexidade dos processos de desenvolvimento a partir de um índice sintético que considera as medidas de privação das dimensões da expectativa de vida, educação e renda das sociedades (UNPD, 1990).

Em meio a este debate Amartya Sen (2000) desenvolve uma metodologia para avaliação de estratégias em desenvolvimento, instituições e políticas públicas, denominada abordagem das capacidades humanas (PINHEIRO, 2012). O autor considera que o foco de avaliação deve concentrar-se nas liberdades individuais, ao contrário das abordagens tradicionais de desenvolvimento que recaem sobre a renda, riqueza e produção. Para Sen (2000) a ampliação das capacidades individuais é o princípio do desenvolvimento e a orientação das políticas públicas. Isto implica elevações tanto nas liberdades substantivas (fins – evitar a fome, as doenças e a morte, possibilidade de alfabetizar-se, não ser censurado, etc), como nas liberdades instrumentais (meios – liberdades políticas, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e proteção social).

Na perspectiva do IDH e dos estudos desenvolvidos por Amartya Sen, emergem novas propostas⁷ de aferir o desenvolvimento que carregam compreensões do mesmo muito além da centralidade no econômico, incorporando múltiplas variáveis ligadas às mais diversas dimensões da vida. Conforme Veiga (2005), o IDH e as novas propostas que emergiram a partir dele, entre elas destaca-se neste estudo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), acabaram consolidando a ideia de que

[...] só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser

⁷ Como é o caso do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), o DNA-Brasil, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), o Atlas da Exclusão Social, o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI), o Índice de Bem-estar de Prescott Allen, a Pegada Ecológica, o Environmental Degradation Index (IDI), o Living Planet Index (LPI), o Humanity's Ecological Footprint (HEF), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (IPDM), entre outros. Maiores detalhes sobre esses indicadores podem ser encontrados em Veiga (2005) e Oliveira (2013).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2005, p. 85).

O Idese foi criado, em 2003, pela Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul (FEE) a partir da experiência acumulada de “dois outros índices que o antecederam no sistema estadual de indicadores sociais: o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA)” (OLIVEIRA, 2013, p. 12). Seguindo proposta semelhante ao IDH, o Idese é um índice multidimensional que trabalha com 12 indicadores, divididos em três blocos: educação, renda e saúde. Com revisões permanentes de sua metodologia⁸, em razão das constantes renovações das bases de dados e das dinâmicas sociais, ele tem como objetivo mensurar o nível de desenvolvimento dos municípios, das regiões do Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e do Estado, no sentido de fornecer informações capazes de orientar e subsidiar os governos e a sociedade civil na formulação de políticas públicas e propostas de desenvolvimento.

A consolidação da visão multidimensional do desenvolvimento e a produção de indicadores capazes de aferi-la foi fundamental para a afirmação de um espaço importante para as políticas públicas sociais nas discussões sobre o mesmo. Para Castro e Oliveira (2014, p. 22) as políticas públicas podem ser entendidas como o “conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”. No conjunto das políticas públicas, as de cunho social procuram viabilizar a oferta de bens e serviços, as transferências de renda e a regulação de elementos do mercado, visando garantir a proteção e a promoção social (CASTRO, 2012).

A tradição de estudos sobre as políticas sociais deixa evidente que elas nascem, se fortalecem e se consolidam no cenário internacional como respostas da sociedade organizada, especialmente através da ação do Estado, ao conjunto de necessidades sociais humanas (PFEIFER, 2014). Construídas e reconstruídas historicamente, a partir do “grau de desenvolvimento das sociedades” e do jogo de forças presente em dado contexto histórico, as políticas sociais são elementos fundamentais para identificar e/ou orientar projetos de desenvolvimento (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Para implantar as políticas públicas sociais, o Estado pode fazer uso de um conjunto de recursos que possui a sua disposição para intervir na economia e nas demais dimensões de organização da sociedade, que Salvador (2012) denomina de “fundo público”, tais como a política monetária, fiscal e tributária, as empresas públicas e o orçamento público. Trata-se de parte do trabalho excedente que o Estado se apropria a fim de desempenhar as suas múltiplas funções (BEHRING, 2010). É claro que a forma como ele faz isso, os mecanismos que utiliza, os objetivos que estabelece e a intencionalidade com que atua estão diretamente ligados aos interesses de classe e às negociações que são estabelecidas nas mais variadas e amplas arenas de disputa presentes na configuração de cada sociedade, em cada momento histórico.

⁸ Detalhes sobre o processo histórico de sua constituição e das revisões metodológicas ao longo de sua vigência podem ser consultados em FEE (2003), Oliveira (2013) e Kang et al. (2014).



No caso deste estudo, o foco da ação do Estado se volta para o orçamento público disponível aos gestores municipais para ser aplicado na implantação das políticas públicas sociais. Orçamento decorrente de receitas próprias ou transferidas pelas demais instâncias da federação. Carvalho (2007) refere que o orçamento público é um instrumento de planejamento adotado pela administração pública, em todas as unidades da federação e esferas de poder, no sentido de estimar as receitas e definir as despesas, em determinado exercício financeiro, buscando garantir a continuidade, eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos serviços prestados.

PROPOSTA METODOLÓGICA EMPREGADA

O presente trabalho objetiva efetuar uma análise da correlação dos “gastos” em políticas sociais realizados pelos 77 municípios da RF-7, no período de 2007 a 2015 com os respectivos Idese, utilizando os níveis de correlação para estimar o impacto destes “gastos” no nível de desenvolvimento dos locais com a técnica de regressão de dados em painel. Toma-se como referência este período em razão da disponibilidade dos dados do Idese na mesma série histórica e metodologia, permitindo estabelecer as correlações com os recursos aplicados em políticas sociais.

Para cumprir o objetivo proposto, em um primeiro momento serão efetuadas análises descritivas e calculadas as correlações entre o Idese dos municípios e seus respectivos montantes aplicados em Políticas Sociais. O coeficiente de correlação de Pearson é encontrado retirando os efeitos de cada uma das variáveis sobre a covariância, dividindo-se esta pelos desvios-padrão das variáveis a serem analisadas (SARTORIS, 2003). Os valores do coeficiente de correlação podem ser interpretados como percentual e variam entre -1 e 1, apresentando esta configuração quando duas variáveis possuem relação exata, negativa ou positivamente.

Quadro 1 – Intervalos de Correlação e Magnitude do Coeficiente

Correlação	Magnitude da Correlação
$0,0 < r \leq 0,3$	Correlação Fraca
$0,3 < r \leq 0,7$	Correlação Moderada
$0,7 < r \leq 1,0$	Correlação Forte

Fonte: Adaptado de Sicsú e Dana (2012).

Municípios com coeficientes de correlação (r) entre 0,0 e 0,3 serão classificados com Correlação Fraca, positiva ou negativa; correlações entre 0,3 e 0,7 serão classificadas como Correlações Moderadas e, coeficientes de 0,7 a 1,0 serão classificados como Correlação Forte. Contudo, cabe ressaltar que embora existam coeficientes de correlação baixos entre as variáveis, isto não significa que estas estejam dissociadas e; a correlação de duas variáveis não significa causa (SICSÚ; DANA, 2012).

Com a análise de correlação efetuada, serão realizadas as regressões de dados em painel, com a finalidade de inferir o impacto dos montantes aplicados em Políticas Sociais no Idese. Para isto, serão formados subgrupos de municípios de acordo com a sua intensidade de correlação, juntamente com a análise para o grupo de todos os municípios.



As variáveis utilizadas neste estudo constam no Quadro 2, sendo que variável dependente deste estudo é o IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) de cada município para os anos de 2007 a 2015. Importante mencionar que todas as regressões são efetuadas com os dados em primeiras diferenças (Dif) para 1 período e em formato de logaritmo natural (Ln) pois conduz a um melhor ajustamento do modelo aos testes de estacionariedade e normalidade exigidos.

Quadro 2 – Variáveis selecionadas para análise, descrição e fontes de coleta

	Dados		Fonte
Variável Dependente	IDESE $Dif Ln$	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico	FEE (2017)
Variáveis Independentes	POL.SOCIAIS.PERCAP $Dif Ln$	“Gastos” em Políticas Sociais / População residente	BRASIL (2017), IBGE (2015)
	POPULACAO $Dif Ln$	População residente	IBGE (2015)
	TRIBUTOS.EST $Dif Ln$	Transferências de Tributos Estaduais	FEE (2017)
	TRIBUTOS.FED $Dif Ln$	Transferências de Tributos Federais	FEE (2017)
	ANO	O ano dos dados da amostra	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

A variável POL.SOCIAIS.PERCAP representa o montante de “gastos” sociais *per capita* para cada município. As áreas de políticas sociais selecionadas são as de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho. Entende-se que estas representam a quase totalidade (mais de 90%) dos recursos do fundo público aplicado em políticas sociais nos municípios da região. Os dados foram coletados a partir das planilhas “gasto por função”, disponíveis na base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional⁹ e atualizados para 31 de outubro de 2016, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), a fim de possibilitar comparações e análises. Para padronizar os comparativos, trabalhou-se com os “gastos” *per capita*, tomando como referência a população residente estimada pelo IBGE para o Tribunal de Contas da União, para 2015.

Foram incluídas variáveis independentes de controle POPULACAO, TRIBUTOS.EST, TRIBUTOS.FED e ANO, a fim de monitorar os possíveis impactos destes indicadores sobre o Idese dos municípios. Desta forma, será possível mensurar, adicionalmente, a significância estatística do impacto da variação do Idese em cada ano do estudo, bem como da movimentação populacional e da variação das transferências de tributos estaduais e federais aos municípios sobre o índice.

Para que os coeficientes das regressões fossem estimados, foi utilizado o método tradicional dos

⁹ Entre os anos de 1997 a 2012 os dados das contas municipais eram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Finanças Brasil – Dados Contábeis do Municípios (FINBRA). A partir de 2013, o Tesouro Nacional implantou o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).



Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados empilhados em painel, sendo comparado então com o método de painel de Efeitos Fixos e painel de Efeitos Aleatórios para determinar qual é o mais adequado. A técnica de regressão de dados em painel foi escolhida pois os mesmos indivíduos (neste caso municípios) são acompanhados ao longo do tempo, levando assim em consideração a combinação de dados em formato de séries temporais com dados em corte transversal, conforme Gujarati e Porter (2011). Ainda segundo os autores, é possível diminuir a colinearidade entre as variáveis com esta técnica, além de ser mais adequada em estudos da dinâmica da mudança e modelos mais complexos.

Formou-se, assim, um painel balanceado com os 77 municípios da amostra em um período de 8 anos (2008 a 2015 em função da transformação em primeiras diferenças) para as análises econométricas de dados em painel. Com relação à modelagem econométrica para os dados em painel, a fórmula geral do modelo MQO se apresenta:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{1it} + \dots + \beta_n X_{nit} + u_{it} \quad (2)$$

Onde Y_{it} é a variável dependente, X_{1it} e X_{nit} são as variáveis independentes, β_{1it} e β_{nit} são os coeficientes, u_{it} é o termo de erro, i representa a i -ésima unidade de corte transversal (ou i -ésimo município) e t o t -ésimo período de tempo. O modelo de Efeitos Fixos, por sua vez, faz com que o intercepto da regressão varie conforme os indivíduos (municípios), mas que o intercepto dos municípios não varie no tempo. Já no modelo de Efeitos Aleatórios, os efeitos dos indivíduos (municípios neste caso) são considerados variáveis aleatórias, ou seja, os municípios possuem um β_0 (intercepto) com valor médio comum entre si, sendo que as diferenças entre si estão contidas em um termo de erro não correlacionado com qualquer das variáveis explanatórias (GUJARATI; PORTER, 2011).

Depois de estimadas as equações para os três modelos, é preciso identificar aquele que se julga melhor do ponto de vista econométrico, sendo que isto depende da pressuposição estatística da correlação entre o componente de erro individual ao corte transversal, os erros e os regressores da equação (GUJARATI; PORTER, 2011). Para definir, então, qual é a regressão melhor ajustada utiliza-se o teste de Chow na comparação entre o modelo MQO com o modelo de Efeitos Fixos, sendo que a aceitação da hipótese nula implica em preferência ao modelo MQO. Utiliza-se o teste de Lagrange de Breusch e Pagan (1980) para definir entre os modelos de Efeitos Aleatórios e MQO, sendo que a hipótese nula indica que o modelo MQO é preferível. O teste de Hausman (1978) define com a sua hipótese nula que os estimadores do modelo de Efeitos Fixos e do modelo de Efeitos Aleatórios não diferem entre si e sendo assim o modelo de Efeitos Fixos é preferível.

Em seguida, se testa se o modelo apresenta dependência transversal com o teste de Pesaran (2015), sendo que a hipótese nula indica que o modelo não possui problemas de correlação transversal. O teste de Shapiro-Wilk indica com a aceitação da hipótese nula que a distribuição dos resíduos é normal e o teste de Breusch-Pagan (1979) infere com a aceitação da hipótese nula que há homocedasticidade na distribuição dos resíduos da equação. Por fim, como a regressão em dados em painel apresenta variáveis ao longo do tempo, é preciso verificar se os dados da série possuem estacionariedade, sendo que para isto a aceitação da hipótese alternativa do teste de Dickey-Fuller demonstra que a série temporal é estacionária (GUJARATI; PORTER, 2011)



ESTABELECENDO ALGUMAS CORRELAÇÕES: POLÍTICAS SOCIAIS E INDICADORES DO IDESE

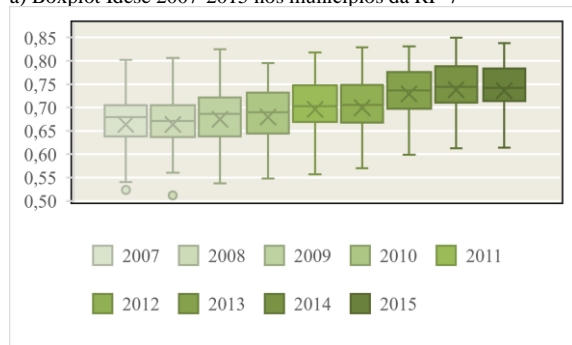
Esta subseção apresenta os principais resultados da pesquisa, iniciando pela análise descritiva das variáveis de interesse, passando posteriormente para a apreciação dos modelos econométricos que visam mensurar os impactos dos investimentos em Políticas Sociais no indicador de desenvolvimento dos municípios.

Analisando a evolução do Idese no período de 2007 a 2015 pela disposição consolidada de todos os municípios da RF-7 (Gráfico 1), observa-se incremento no indicador de desenvolvimento em todas as mensurações (valor mínimo, 1º quartil, mediana, 3º quartil e valor máximo). No primeiro ano de análise até 25% dos municípios possuíam um Idese de até 0,640, passando para 0,721 no ano de 2015. O Idese mínimo passa de 0,5236 para 0,6139 e o máximo evolui de 0,824 para 0,876 no período. Até 75% dos municípios possuíam um Idese de 0,705 em 2007 passando para 0,783 no último ano. Em contrapartida e para fins de comparação, o Idese total do Rio Grande do Sul passou de 0,698 para 0,751 no mesmo período analisado (FEE, 2019).

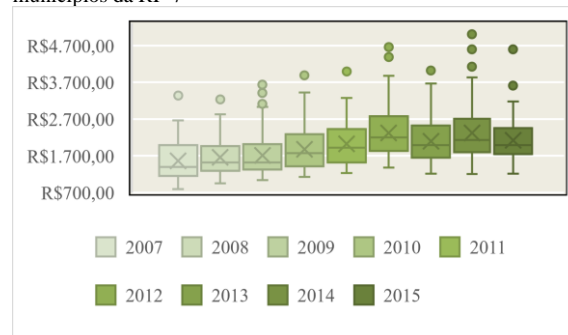
Quanto aos valores aplicados em Políticas Sociais (*per capita*) nos municípios, são observados igualmente incrementos ao longo do período que acompanham os indicadores de desenvolvimento acima apresentados. No geral, o valor mínimo na rubrica passa de R\$793,00 *per capita* em 2007 para R\$1.211,00 em 2015, sendo que o valor máximo apresentado por um município passa de R\$3.340,00 para R\$4.595,00 no período. No primeiro ano da pesquisa, 25% dos municípios aplicam valores até R\$1.151,00. No último ano (2015), esses valores sobem para R\$1.744,00 tendo presente esses mesmos 25% dos municípios. Apesar de, a partir de 2013, a mediana dos valores aplicados em Políticas Sociais sofrer uma contração (de R\$2.202,00 em 2012 para R\$1.991,00 em 2015), nota-se evolução global ao longo do período de análise.

Gráfico 1 – Boxplot do Idese e dos valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais, 2007-2015

a) Boxplot Idese 2007-2015 nos municípios da RF-7



b) Boxplot valores aplicados em Políticas Sociais (*per capita*) nos municípios da RF-7



Fonte: Elaborados a partir de FEE (2017) e Brasil (2017).

O valor mínimo do Idese, em 2007, entre os municípios, era de Redentora (0,5236), sendo que, em 2015, o menor índice continuava com este município, no entanto evoluindo para 0,6139. O município que detinha o maior indicador de desenvolvimento em 2007 era Horizontina (0,824), sendo que, em 2015, o município de Bozano alcança este posto (0,876). Em 2015, sete



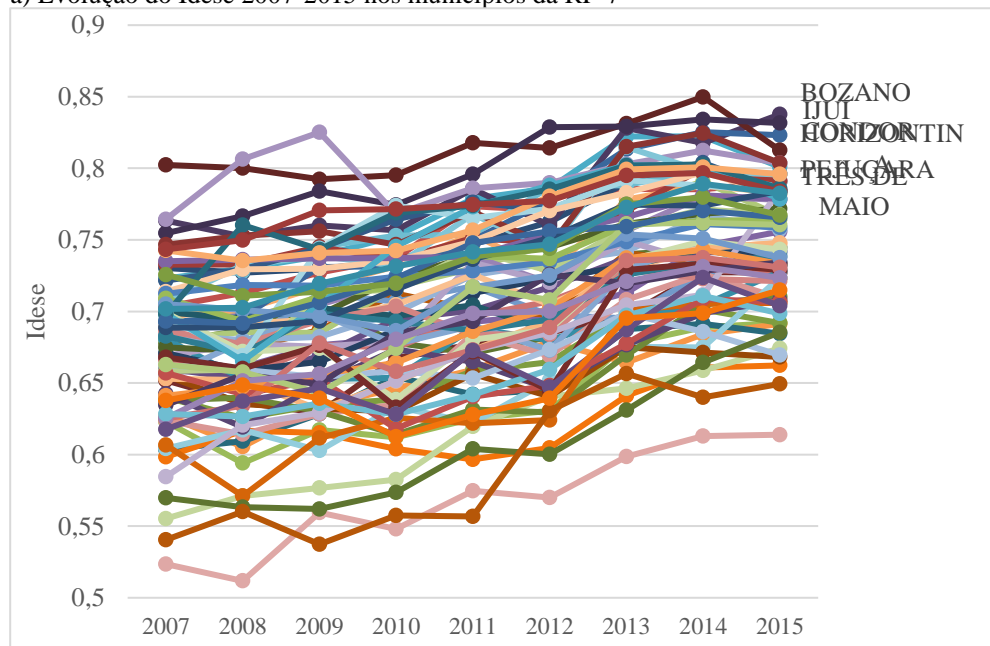
II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

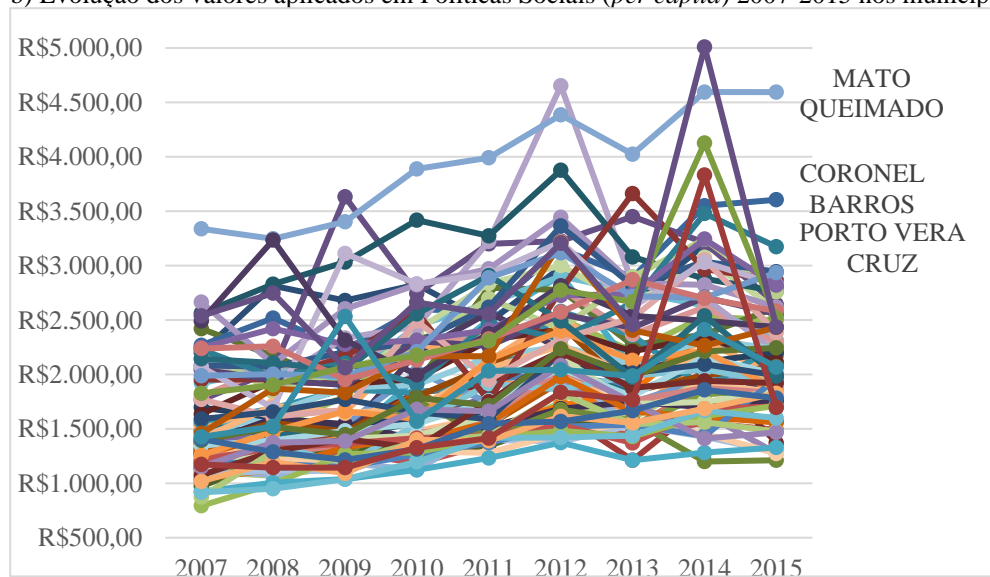
municípios apresentaram alto nível de desenvolvimento, considerando um alto indicador Idese (de 0,800 a cima), sendo eles o município de Bozano (0,8376), Ijuí (0,8316), Condor (0,8230), Horizontina (0,8127), Pejuçara (0,8038), Nova Candelária (0,8036) e Augusto Pestana (0,8009). Assim sendo, o restante dos municípios da região chegou, no ano de 2015, na região daqueles com médio desenvolvimento, ou seja, com Idese de 0,500 a cima.

Gráfico 2 – Evolução do Idese e valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais, 2007-2015

a) Evolução do Idese 2007-2015 nos municípios da RF-7



b) Evolução dos valores aplicados em Políticas Sociais (*per capita*) 2007-2015 nos municípios da RF-7

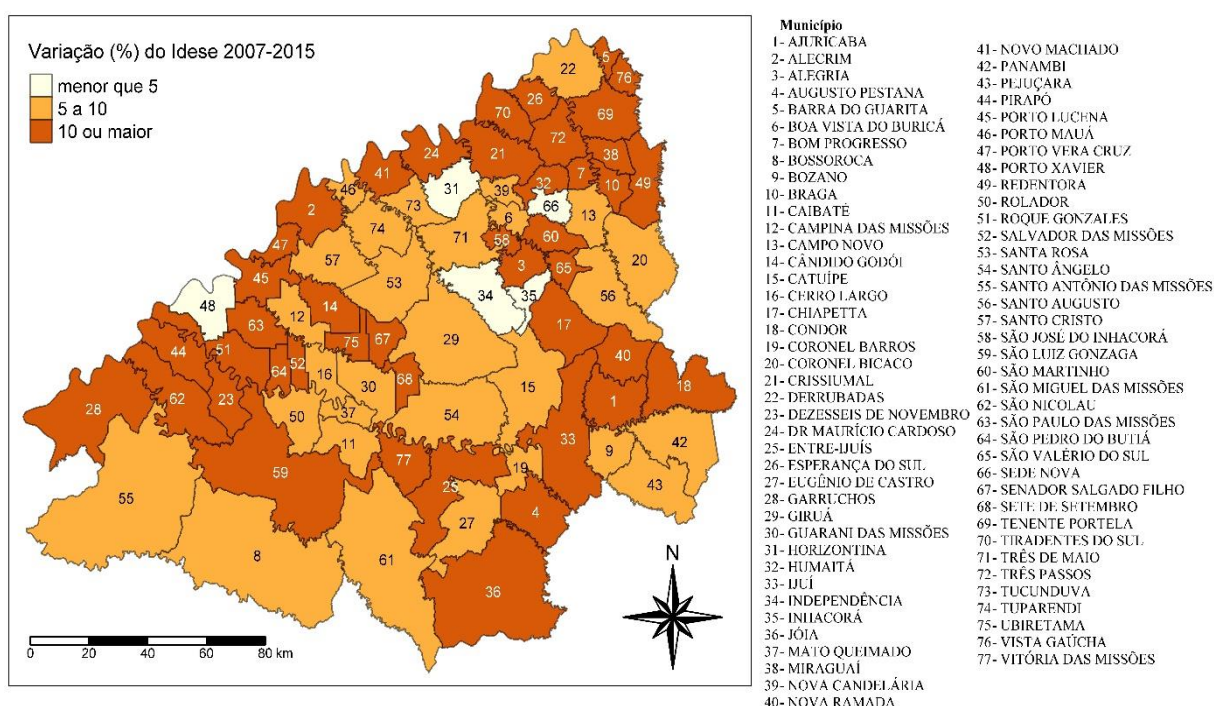


Fonte: Elaborado pelos autores com base em FEE (2017) e Brasil (2017).



Com relação à evolução dos valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais (Gráfico 2), o município que investia o menor valor em 2007 era Santo Cristo (R\$792,00), já em 2015 o menor valor investido na rubrica fica com Porto Lucena (R\$1.211,00). Importante ressaltar que, em média, os valores *per capita* aplicados pelos municípios tiveram importante melhora, passando de R\$1.554,00 no primeiro ano, para R\$ 2.120,00 ao final do período. No último ano pesquisado, três municípios se destacam com Investimentos em Políticas Sociais acima de R\$3.000,00: Mato Queimado (R\$4.595,00), Coronel Barros (R\$3.605,00) e Porto Vera Cruz (R\$3.173,00).

Mapa 1 – Evolução do Idese 2007-2015 nos municípios da RF-7



Fonte: Elaborado pelos autores com base em FEE (2017).

Quando é representada a evolução percentual do Idese (Mapa 1), do último ano em relação ao primeiro ano da pesquisa, observa-se que embora todos os municípios evoluíram em seu indicador de desenvolvimento, o incremento foi desigual pelo território. Isto porque a maioria deles (43 municípios) apresentaram variação do Idese superior a 10%, com destaque para Roque Gonzales, apresentando 34,22% de melhora no indicador, seguido por Esperança do Sul (21,40%), São Nicolau (20,33%) e São Valério do Sul (20,11%), só para constar os quatro primeiros. Em contrapartida, 29 municípios tiveram incrementos no Idese de 5 a 10% no período e 5 municípios da região incrementaram em até 5% seu Idese – Porto Xavier (1,094%), Horizontina (1,286%), Inhacorá (2,009%), Sede Nova (4,601%) e Independência (4,699%).



Quadro 3 – Correlação entre valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais e Idese, de 2007 a 2015 (10 maiores)

Posição	Município	Correlação	Magnitude da Correlação
1	São Paulo das Missões	0,9765	Pitiva Forte
2	Ijuí	0,9495	Positiva Forte
3	Doutor Maurício Cardoso	0,941	Positiva Forte
4	Santa Rosa	0,9386	Positiva Forte
5	Três Passos	0,9316	Positiva Forte
6	Cândido Godói	0,9176	Positiva Forte
7	Sete de Setembro	0,9053	Positiva Forte
8	Crissiumal	0,9026	Positiva Forte
9	Três de Maio	0,8989	Positiva Forte
10	Guarani das Missões	0,8913	Positiva Forte

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando a análise principal deste estudo, a análise da correlação entre o Investimento em Políticas Sociais *per capita* e o Idese no período de 2007 a 2015, é observado no Quadro 3 as 10 maiores correlações (positiva forte), com destaque para os municípios de São Paulo das Missões (0,9765), Ijuí (0,9495) e Doutor Maurício Cardoso (0,941).

Quadro 4 – Resumo da Correlação entre valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais e IDESE, de 2007 a 2015

Magnitude da Correlação	Qtd.	Municípios	Grupo Regressão
Positiva Forte	42	São Paulo das Missões, Ijuí, Doutor Maurício Cardoso, Santa Rosa, Três Passos, Cândido Godói, Sete de Setembro, Crissiumal, Três de Maio, Guarani das Missões, Ajuricaba, Porto Vera Cruz, Coronel Barros, Novo Machado, Catuípe, São Luiz Gonzaga, Eugênio de Castro, Salvador das Missões, Tenente Portela, Panambi, Giruá, Ubiretama, Miraguá, Humaitá, Santo Cristo, Alegria, Augusto Pestana, São Martinho, Roque Gonzales, Santo Augusto, Porto Mauá, Tuparendi, Barra do Guarita, Redentora, Tucunduva, São José do Inhacorá, Horizontina, Boa Vista do Buricá, Esperança do Sul, Entre-Ijuís, São Nicolau, Alecrim.	(2)
Positiva Moderada	23	Caibaté, Santo Ângelo, Senador Salgado Filho, Santo Antônio das Missões, Cerro Largo, Campo Novo, Mato Queimado, Chiapetta, Independência, Condor, Pirapó, Braga, Campina das Missões, Rolador, Porto Xavier, Pejuçara, Vista Gaúcha, Bom Progresso, Sede Nova, São Miguel das Missões, Coronel Bicaco, Vitória das Missões, Bozano.	(3)
Positiva Fraca	10	Jóia, Dezesesseis de Novembro, Tiradentes do Sul, Nova Ramada, Nova Candelária, Garruchos, Derrubadas, Porto Lucena, Bossoroca, São Pedro do Butiá.	(4)
Negativa Fraca	01	São Valério do Sul.	(5)

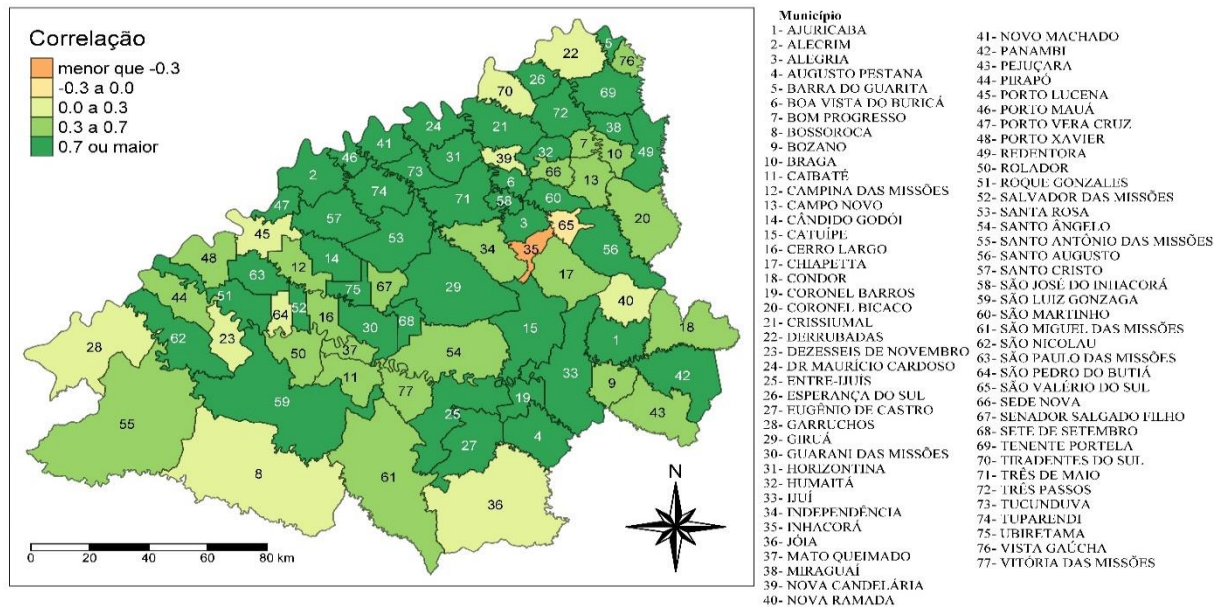


Negativa Moderada	01	Inhacorá.	
-------------------	----	-----------	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 4 resume os resultados acerca da correlação entre os valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais e o Idese nos municípios da RF-7, bem como os grupos de municípios que serão formados para as regressões posteriores. Evidencia que os impactos são desiguais e de magnitudes diferentes ao longo das entidades analisadas. Dentre os 77 locais que constituíram a análise, constata-se que a maioria dos municípios teve uma correlação Positiva Forte (42 municípios) entre os indicadores avaliados, ressaltando a importância e a contribuição que os recursos do fundo público aplicados em Políticas Sociais trazem para estes locais. Em contrapartida, em 23 municípios pesquisados, encontrou-se uma correlação Positiva Moderada.

Mapa 2 – Correlação entre valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais e o Idese, na RF-7



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Mapa 2 demonstra a distribuição territorial da correlação por municípios da RF-7, segmentando pelas magnitudes das correlações. Em 10 municípios a dinâmica da correlação entre o Idese e os valores aplicados em Políticas Sociais se apresenta em magnitude Positiva Fraca (Jóia, Dezesseis de Novembro, Tiradentes do Sul, Nova Ramada, Nova Candelária, Garruchos, Derrubadas, Porto Lucena, Bossoroca, São Pedro do Butiá). Em outro sentido, 2 municípios apresentaram correlação Negativa entre os indicadores: São Valério do Sul (Fraca) e Inhacorá (Moderada), apresentando então dinâmicas de evolução no seu indicador de desenvolvimento que não se assemelharam de forma quantitativa à evolução dos valores aplicados em Políticas Sociais ao longo do período analisado.

A Tabela 1 apresenta os resultados das estimações econométricas, sendo que as equações propostas contemplam todos os municípios (modelo 1), os 42 municípios com correlação positiva



entre o Idese e os valores *per capita* aplicados em políticas sociais (2), os 23 municípios com correlação positiva moderada (3), os 10 municípios com correlação positiva fraca (4), os 2 municípios com correlação negativa moderada e fraca (5) e os 8 municípios com correlação superior a 0,9. Como determinado na subseção anterior, os dados aqui analisados foram transformados em formato de logaritmo natural e em primeiras diferenças para que as regressões lograssem êxito nos testes para os modelos.

Quanto à especificação dos modelos econométricos e à escolha do modelo mais ajustado ao tipo de efeito para regressões do tipo de painel, definiram-se quatro equações do tradicional tipo de MQO em painel e duas com Efeitos Aleatórios. No entanto, a regressão contendo todos os municípios (1) foi a única que apresentou problemas no teste de normalidade de resíduos (Shapiro-Wilk), mesmo apresentando bons resultados nos testes de homocedasticidade dos resíduos (Breusch-Pagan) e dependência transversal (Perasan). Apesar disto, decidiu-se manter a regressão em vista de que os resultados dos coeficientes foram condizentes com as demais estimações¹⁰. As regressões passaram no teste de Dickey-Fuller de estacionariedade da série temporal a 5% de significância.

Tabela 1 – Estimação das equações para o Idese por segmentação de municípios a partir das correlações com os valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais na RF-7

	Variável Dependente:					
	IDESE Dif Ln					
	Todos	Correlação Positiva Forte	Correlação Positiva Moderada	Correlação Positiva Fraca	Correlação Negativa	Correlação Acima de 0,9
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
POL.SOCIAIS.PERCAP Dif Ln	0,009 (0,007)	0,039*** (0,010)	0,005 (0,011)	-0,015 (0,020)	-0,130 (0,111)	0,089*** (0,025)
POPULCAO Dif Ln	0,154** (0,073)	0,037 (0,092)	0,286** (0,125)	0,118 (0,197)	4,387 (4,560)	-0,202 (0,152)
TRIBUTOS.FED Dif Ln	0,005 (0,004)	0,004 (0,005)	0,018** (0,007)	-0,029 (0,018)	-0,126 (0,097)	0,005 (0,009)
TRIBUTOS.EST Dif Ln	-0,001 (0,003)	-0,002 (0,003)	0,004 (0,005)	-0,004 (0,008)	-0,033 (0,092)	-0,019** (0,008)
ANO2009	0,021*** (0,004)	0,026*** (0,005)	0,029*** (0,007)	-0,003 (0,014)	0,049 (0,136)	0,006 (0,009)
ANO2010	0,015*** (0,005)	0,020*** (0,006)	0,015* (0,009)	-0,014 (0,018)	0,261 (0,271)	0,010 (0,010)
ANO2011	0,028*** (0,004)	0,031*** (0,005)	0,032*** (0,007)	-0,001 (0,014)	0,079 (0,150)	0,020** (0,009)
ANO2012	0,009** (0,004)	0,009 (0,005)	0,012 (0,007)	-0,008 (0,014)	0,170 (0,144)	0,004 (0,009)
ANO2013	0,042*** (0,004)	0,041*** (0,005)	0,053*** (0,007)	0,029** (0,014)	-0,042 (0,052)	0,026*** (0,009)
ANO2014	0,017*** (0,004)	0,017*** (0,005)	0,024*** (0,007)	-0,008 (0,014)	0,084 (0,132)	-0,001 (0,009)

¹⁰ Como pontuam Gujarati e Porter (2011, p. 502): “[...] mesmo sem a hipótese de normalidade, os estimadores MQO são os melhores estimadores não tendenciosos”.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO2015	0,003 (0,004)	0,006 (0,005)	0,009 (0,008)	-0,015 (0,014)	0,066 (0,143)	-0,010 (0,010)
Constante	-0,005 (0,003)	-0,007* (0,004)	-0,014** (0,005)	0,022** (0,010)	-0,065 (0,137)	0,005 (0,008)
Chow (prob.)	1,000	0,970	0,997	0,997	0,428	0,637
LM de Breusch-Pagan (prob.)	0,000	0,055	0,022	0,052	0,427	0,583
Hausman (prob.)	0,943	0,977	1,000	1,000	1,000	0,980
Perasan (prob.)	0,124	0,095	0,058	0,091	0,005	0,040
Shapiro-Wilk (prob.)	0,000	0,019	0,285	0,943	0,757	0,447
Breusch-Pagan (prob.)	0,304	0,104	0,081	0,456	0,141	0,155
Painel Efeito	Aleatório	MQO	Aleatório	MQO	MQO	MQO
Observações	616	336	184	80	16	64
R ²	0,244	0,285	0,447	0,305	0,774	0,546
R ² Ajustado	0,230	0,260	0,412	0,192	0,153	0,450
Estatística F	195,100***	11,720***	139,200***	2,708***	1,247	5,693***

Notas: Significância estatística (*) p<0,1; (**) p<0,05; (***) p<0,01. Erro padrão em parênteses.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação à evolução da variação anual do Idese, portanto, observou-se que, na maioria dos anos, os municípios obtiveram incrementos positivos e estatisticamente significativos neste indicador ao longo de todo o período da amostra. Estes incrementos ocorreram com maior intensidade nos grupos de municípios com correlação positiva alta e moderada entre os valores per capita aplicados em Políticas Sociais (grupos 2 e 3), sendo que no ano de 2013 logram sua maior variação (estatisticamente significativos a 1%). Já para os grupos 4 e 5 (de correlação positiva fraca e correlação negativa) a evolução do Idese não se confirma estatisticamente significativa na maioria dos anos.

O impacto da evolução da variação dos valores per capita aplicados em Políticas Sociais sobre a variação no Idese foi estatisticamente significativo ($p = 1\%$) para os grupos 2 e 6 de municípios, representando um alcance de 42 municípios da RF-7 no primeiro caso e 8 municípios de alta correlação no segundo. Nestes dois grupos, elevações nos valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais impactaram positivamente, de forma mais forte do que o impacto das migrações ou mesmo da transferência de tributos federais ou estaduais. Analisando as elasticidades dos coeficientes da equação 2, nota-se que o incremento de 1% na variação anual dos valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais impacta em um incremento de 0,039% na variação do indicador Idese, sendo que para a equação 6, a cada 1% (10%) de incremento nos referidos valores eleva-se a variação do Idese em 0,089% (0,89%).

Nota-se que a importância das migrações populacionais (variável POPULACAO) apresentou significância estatística no grupo de municípios com correlação positiva moderada a um nível de 5%. Nestes, portanto, julga-se que o recebimento de novos municípios está positivamente relacionado com incrementos na variação anual do seu Idese. Este comportamento pode ser explicado com algumas hipóteses que merecem estudos em trabalhos posteriores, tais como a de que são municípios que conseguem atrair capital humano com qualificação; respondem a políticas de interiorização de investimentos públicos; tiveram a instalação de empreendimentos capazes de atrair algum tipo específico de trabalhador; apresentaram o retorno ao interior de população que anteriormente havia



OBSERVADR





migrado para áreas centrais em busca de oportunidades de emprego.

CONCLUSÃO

Este estudo efetuou uma análise da evolução dos “gastos” em Políticas Públicas Sociais, sua correlação e seu impacto sobre o Idese dos 77 municípios da RF-7 do Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2015. Para isto, a evolução e correlação das variáveis foram analisadas, utilizando posteriormente modelos de regressões de dados em painel para mensurar o impacto da variação dos valores *per capita* aplicados sobre a variação dos níveis de desenvolvimento dos mesmos.

Dentre os principais resultados, evidencia-se que tanto os valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais como o indicador de desenvolvimento Idese elevaram-se no período analisado dentre os municípios da RF-7, constatando-se a correlação positiva entre ambos na maioria dos locais. Por outro lado, poucos municípios chegaram em 2015 contando com Idese classificado como alto (Bozano, Ijuí, Condor, Horizontina, Pejuçara, Nova Candelária e Augusto Pestana), sendo que a maioria restante permaneceu no nível intermediário (médio desenvolvimento).

Com relação ao impacto do incremento dos valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais na variação do Idese, obteve-se relação positiva com alta significância estatística na maior parte dos municípios (42 do total de 77), sendo que se destacaram o grupo de oito municípios com correlação acima de 0,9: São Paulo das Missões, Ijuí, Doutor Maurício Cardoso, Santa Rosa, Três Passos, Cândido Godói, Sete de Setembro e Crissiumal. Para os grupos de correlação positiva moderada, positiva fraca e correlação negativa, não foi possível averiguar significância estatística do impacto dos valores *per capita* aplicados sobre o Idese, onde talvez outros fatores podem estar contribuindo de forma mais assertiva para o avanço do indicador.

Para estudos futuros recomenda-se inclusão de outras variáveis de interesse em diferentes períodos nos modelos econométricos, bem como a investigação dos aspectos qualitativos que podem estar relacionados com estas discrepâncias tanto na aplicação dos recursos do fundo público em Políticas Públicas como no seu impacto sobre os níveis de desenvolvimento municipal, acompanhando os grupos de municípios em que não foi possível averiguar de forma estatística uma relação forte entre ambos. Desta forma, novas políticas podem ser implementadas e ferramentas de acompanhamento podem ser aprimoradas a fim de que os recursos do fundo público sirvam de impulso ao desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em**



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.

BERNARDINI, R.; KANG, T. H.; WINK JÚNIOR, M. V. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma abordagem multidimensional, utilizando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), 2007-10. **Indic. Econ. FEE**, v. 42, n. 4, p. 59–72, 2015. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3458> . Acesso em: 5 jul. 2019.

BOTH, B. et al. Análise do Desenvolvimento Sócio-Econômico: um Estudo dos Municípios do Corede Missões - RS. XXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2017, Ijuí. **Anais...** Ijuí: UNIJUÍ, 2017.

BRASIL, - Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional. **FINBRA - Finanças do Brasil** - Dados contábeis dos Municípios. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais. Acesso em: 13 abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Textos para Discussão 157. [s.l: s.n.]. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>. Acesso em: 11 ago. 2019

CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (orgs.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 20–49.

CASTRO, Jorge A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

DUPAS, G. O Mito do Progresso. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 77, n. março, p. 73–89, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8.ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2000.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul – 2016**. Indicadores – IDESE – Série Histórica Nova Metodologia. Porto Alegre: FEE, 2019. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2016&letra=A&ordem=municipios>. Acesso em: 10 out. 2019.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **FEEDADOS**. 2017. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (Idese) — 1991-00**. Porto Alegre. Documentos FEE, n. 58, 2003.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimento: a construção de um conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (orgs.). **Presente e Futuro do desenvolvimento**



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

brasileiro. Brasília: IPEA, 2014. p. 29–78.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3.ed. revista pelo autor, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica.** 5.ed. New York: Mc Graw Hill, 2011.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estimativas da população.** 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em 1 mar. 2020.

KANG, T. H. et al. O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese): aspectos metodológicos. **Textos para Discussão FEE 127.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2014. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>. Acesso em: 1 out. 2019.

LISBOA, A. M. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. **Cadernos do CEAS,** Salvador, v. 161, 1996.

MARGUTI, B. O. et al. **Territórios em números:** insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de Municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: IPEA: INCT, 2017.

OLIVEIRA, L. L. S. **Idese e Indicadores Sociais:** origens e evolução. Textos para Discussão FEE nº 116. Porto Alegre: FEE, 2013.

PFEIFER, M. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

PINHEIRO, M. M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento:** Uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen: Textos para discussão, No. 1794. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 23 set. 2015.

POCHMANN, M. (Org.). **Reestruturação produtiva:** perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

POLLETO, L. F. et al. O uso de índices socioeconômicos na caracterização regional: análise do Idese na Região Funcional de Planejamento 7. XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2016, Ijuí. **Anais [...].** Ijuí: UNIJUÍ, 2016.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

principais. **Boletín económico de América Latina**, 1962.. Disponível em:
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em: 11 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfis – Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

ROTTA, E. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

ROTTA, E.; LAGO, I. C.; ROSSINI, N. Disputa pelo fundo público municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ago./dez. 2017.

SACHS, I. Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania. In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (Orgs.). **Direitos Humanos no Século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 155–166.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo. Cortez Editora, 2010.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012.

SARTORIS, A. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, A. L.; DANA, S. **Estatística aplicada: análise exploratória de dados**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n. 1, p. 45–71, 2003.

SILVA, M. O. S. (coord.). **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

UNPD (United Nations Development Programme). **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em:
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019.

VARELA, P. S; MARTINS, G. A; CORRAR, L. J. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 80 - 97 jan./abr. 2009.

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



OBSERVADR

